



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA EXAME DO PROJETO DE LEI Nº 2.644 DO EXECUTIVO, DISPONDO SOBRE O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, nesta cidade e sede do Município de Campo Limpo Paulista, no recinto da Câmara Municipal, situado na Avenida Adherbal da Costa Moreira, duzentos e cinquenta e cinco, aí, às dez horas e dez minutos, instalam-se os trabalhos da Audiência Pública convocada pela Câmara Municipal para exame do Projeto de Lei nº 2.644, do Executivo, dispondo sobre o Orçamento Municipal para o exercício de 2015, sob a presidência do Vereador Flavio Cardoso de Moraes, presentes também os Vereadores José Riberto da Silva, Leandro Bizetto, Antonio Fiaz Carvalho, Maria Paranhos, Jurandi Rodrigues Caçula, José Carlos da Rosa e Jorge Benedito de Mello, contando, ainda, com a presença do Sr. Sandro Luis Cazela, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, bem como de secretários, diretores e funcionários da Prefeitura e Câmara, além de populares. A Audiência foi devidamente convocada por publicação no jornal regional "A Verdade", de 14 a 20 de novembro de 2014, no site da Câmara Municipal e no quadro de avisos do Legislativo. O Presidente Flavio Cardoso de Moraes declara abertos os trabalhos, esclarecendo o objetivo e a fundamentação legal da realização da Audiência Pública, e passa a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Contas e Orçamento da Câmara Municipal, Vereador José Riberto da Silva, solicitando que este conduza os trabalhos. O Vereador José Riberto informa que a Audiência se destina a examinar o Projeto de Lei nº 2.644 do Executivo, dispondo sobre o Orçamento Municipal para o exercício de 2015. Em seguida passa a palavra ao secretário Sandro Luis Cazela para suas considerações iniciais. Manifesta-se o Sr. Sandro, que iniciou sua explanação destacando que o Projeto de Lei dispondo sobre o Orçamento para o ano de 2015 foi devidamente remetido à Câmara no prazo legal, qual seja, 30 de setembro de 2014, e que o mesmo está compatível com o PPA e a LDO. Esclareceu ainda que a Audiência Pública é uma das formas de participação e controle popular dos atos da Administração Pública no estado social e democrático, pois se trata de uma questão de transparência e responsabilidade social. A base legal do Projeto do Orçamento é a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, concluiu. Iniciou sua demonstração indicando os valores por fonte de recursos, ou seja, R\$ 117.958.863,40 do Tesouro, R\$ 43.950.518,00 Recurso Estadual e R\$ 15.590.618,60 Recurso Federal, totalizando R\$ 177.500.000,00 de Receita estimada para o exercício de 2015. Na indicação por órgão, competiu à Câmara o valor de R\$ 7.910.000,00 e à Prefeitura Municipal R\$ 169.590.000,00. Discorreu, a seguir, sobre a estimativa das Receitas Orçamentárias, sendo que a Receita Corrente soma R\$ 195.056.680,00 e a de Capital R\$ 55.120,00, totalizando R\$ 195.111.800,00, que deduzido o FUNDEB (R\$ 17.611.800,00), apontou a Receita de R\$ 177.500.000,00 para o exercício. No quadro das Receitas Tributárias os destaques ficaram para o IPTU com R\$ 15.400.000,00 e o ISSQN com R\$ 10.260.000,00, no total geral estimado de R\$ 31.397.000,00. Na previsão da Receita com o CIP (Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública), foi apontado o valor de R\$ 2.560.000,00. A Receita Patrimonial é irrelevante, pois atinge somente R\$ 642.334,00, e as Transferências da União apresentam a Cota Parte do FPM como a maior e mais significativa receita, atingindo a soma de R\$ 33.200.000,00, seguida do SUS com R\$ 6.366.420,00 e FNDE R\$ 8.447.892,00, totalizando as transferências R\$ 51.273.947,40. As Transferências do Estado somam R\$ 54.575.000,00, composta por R\$ 45.300.000,00 da Cota Parte do ICMS e R\$ 8.900.000,00 do IPVA. A estimativa das Receitas de Transferências do FUNDEB é de R\$ 39.936.271,20, e de Convênios R\$ 4.423.573,40, sendo R\$ 3.775.423,40 do Estado e R\$ 648.150,00 da União. As estimativas com Outras Receitas Correntes concentram-se nas Multas e Juros de Mora R\$ 4.189.856,00 e Receita da Dívida Ativa R\$ 5.035.000,00, num total de R\$ 10.248.554,00. Em seguida o Sr. Sandro passou a demonstrar a composição da Despesa para o exercício de 2015. As Despesas Correntes estão fixadas em R\$ 161.809.500,00, as de Capital R\$ 13.190.500,00 e a Reserva de Contingência R\$ 2.500.000,00, totalizando R\$



Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista




177.500.000,00. A maior Despesa Corrente é com Pessoal e Encargos, que atinge R\$ 85.400.500,00, e as Despesas de Capital são divididas em Investimentos com R\$ 7.640.500,00 e Amortização da Dívida com R\$ 5.550.000,00. Nas Despesas por Função sobressai-se a Saúde com R\$ 39.820.000,00, a Educação com R\$ 66.846.000,00 e o Urbanismo com R\$ 23.477.000,00. Na descrição da Estrutura dos Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras são discriminadas a Câmara Municipal com R\$ 7.910.000,00 e a Prefeitura é separada por órgãos, totalizando R\$ 169.590.000,00. Prosseguindo a sua apresentação, o Sr. Sandro Luis Cazela demonstrou os gastos com o Ensino e a Saúde para 2015. Está prevista a aplicação de 25,92% do Orçamento com o Ensino, 100,00% de aplicação dos Recursos recebidos do FUNDEB e 80,13% de aplicação nos funcionários do Magistério – FUNDEB. Na Saúde é prevista a aplicação de 25,63% com recursos próprios e 31,70% do total de recursos recebidos. Para encerrar seus demonstrativos, o Sr. Sandro apresentou o quadro das Despesas com Pessoal para 2015. A previsão de gastos é de R\$ 81.879.500,00, ou 46,14%, sendo que o limite prudencial é de R\$ 91.029.223,44 ou 51,30%, e o limite legal é de R\$ 95.820.235,20 ou 54,00%. Ao encerrar sua exposição o Sr. Sandro agradeceu a presença de todos e colocou-se à disposição para responder eventuais questionamentos. Retomou a palavra o Vereador José Riberto da Silva e informou que não havia pessoas inscritas para apresentar questionamentos a respeito do Projeto de Lei nº 2.644 do Executivo. Em sequência disponibilizou a palavra aos Senhores Vereadores presentes, não havendo registro de manifestação. Nada mais havendo a deliberar, o Presidente deu por encerrada a Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2015. Dos trabalhos realizados vai lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

FLAVIO CARDOSO DE MORAES
Presidente da Câmara


JOSÉ RIBERTO DA SILVA
Presidente da CFCO


LEANDRO BIZETTO
Secretário da CFCO


JURANDI RODRIGUES CAÇULA
3º Membro da CFCO